

O câmbio justo

Em abril, para uma inflação mensal estimada em 17%, a variação da taxa cambial não foi além de 14%. Com isso, o dólar oficial teria ficado uns 21% abaixo do câmbio real no acumulado dos últimos 12 meses. Com a "midi" de 8,49%, que entrou em vigor ontem, o ministro Bresser Pereira espera restabelecer a verdade cambial por "aproximação sucessiva". De que maneira? Acelerando a "mini" diária, com uma e outra "midi" no curso dos próximos 60 dias. A ordem é alcançar o câmbio justo até julho, reinstalando a catapulta cambial da exportação, sem estourar o controle interno da inflação — que ainda pode ser controlada.

O expediente da "maxi" deve ser evitado. A economia brasileira, desorganizada pelo fracasso do Plano Cruzado e estremecida pelo "vácuo de autoridade" da administração econômica, está com a vela r-mão e não suportaria o choque de uma maxidesvalorização.

Os dois lados

A taxa cambial é uma faca de dois gumes. De um lado, ela coloca azeitona na empada da urgente reconstrução do saldo comercial, que desabou de cinco para um. Um cruzado mais fraco fortalece o poder de competição do produto brasileiro no mercado mundial, encorajando a exportação. Ao mesmo tempo, torna mais caro o produto estrangeiro no mercado nacional, dificultando a importação.

De outro lado, a desvalorização do cruzado veste a camisa da inflação híbrida. Além de encarecer todos os produtos importados (e todos os produtos nacionais que fazem uso de matérias-primas e componentes importados), a taxa cambial realista vai sobrecarregar o custo financeiro das empresas endividadas em dólar, começando pelo vasto bloco das estatais. Como os custos financeiros passam a ser automaticamente introduzidos nos preços finais das empresas, o choque inflacionário da recomposição da taxa cambial resulta inevitável.

O tranco cambial

O primeiro bloco de preços "inflacionado" pela verdade cambial do ministro Bresser Pereira é o dos derivados de petróleo — cuja remarcação desencadeia reajustes de quase todos os preços do universo econômico, especialmente na faixa do óleo diesel. A Petrobrás confessa-se ainda sem margem operacional: os últimos reajustes não conseguiram restabelecer o preço real de dezembro em 1984. E no tranco cambial da "midi" que passou e das "minis" forçadas que virão, a Petrobrás é atingida no encargo financeiro da dívida em dólar e no custo em cruzado da importação

de petróleo — meio milhão de barris por dia.

A nobre família dos fertilizantes e dos defensivos químicos, com alto teor de importação, deve encarecer o trato da terra, inflacionando a panela do povo. Os remédios também são afetados pela restauração do câmbio justo. E o que dizer do impacto do câmbio no endividamento do setor público, com sua dívida externa, de US\$ 78 bilhões? Já não é mais o "déficit" que provoca a dívida. Agora, é a dívida que produz mais "déficit". E falou "déficit", falou reator da inflação monetária e fiscal...

A opção externa

O ministro Bresser Pereira supira fundo: não dá para contentar a todos os lados da bola cambial. A opção pelo ajuste externo, exigência da moratória unilateral, coloca a desvalorização do cruzado em primeiro lugar. Uma imposição de física aplicada: 1) a dívida externa só pode ser paga em dólares; 2) a única maneira de fazer dólares (para voltar a pagar a dívida ainda não renegociada) é livrar um saldo comercial cada vez maior — importando menos e exportando mais.

No momento brasileiro, a reconquista do saldo comercial, alguma coisa parecida com US\$ 1 bilhão por mês, funcionaria como instrumento de barganha na renegociação da dívida externa em bases favorecidas. Sem reservas suficientes e com saldo semestral abaixo de US\$ 2 bilhões, o Brasil não pode engrossar a voz na mesa dos banqueiros. E sem quebrar o impasse da dívida lá fora, não há como ajustar a economia aqui dentro. Ficariamos prisioneiros de um verdadeiro provisório-definitivo.

Da racionalidade

Estamos sem jogo de cintura, eis a questão. O corte sumário das importações está fora de cogitação. Dado o baixo "teor de compressibilidade" da pauta das compras externas, qualquer redução forçada das importações provocaria a violação do compromisso político da Nova República — recessão, não. A operação "tartaruga", adotada pela Cacex, nos últimos meses, já explica a forte contração dos negócios em vários segmentos da indústria e do comércio.

O negócio é exportar cada vez mais, na impossibilidade física de importar ainda menos. Nesse esquema, que elege o mercado externo como prioridade primeira (ainda que a título de mal necessário) vamos trocar uma unidade a menos de recessão por duas unidades a mais de inflação. E praticar o câmbio justo, no fundo, é apenas um exercício de racionalidade econômica.

A mentira, em economia, nem pernas tem.